

# Quadro sombrio para o futuro

por Celso Pinto  
de Salvador

Os economistas estão pessimistas, bastante pessimistas. O fecho do XV Encontro Nacional de Economia, sexta-feira, em Salvador, reuniu quatro economistas de escolas, formações e experiências distintas para discutir a conjuntura. Nenhum deles tranquilizou a platéia de mais de duzentas pessoas.

O deputado José Serra, cuja origem é a Universidade de Campinas (Unicamp), listou uma série de questões dramáticas a superar para concluir que, subjacente a todas elas, estava o nó central: a atual crise de governabilidade. Um desafio político a vencer na democracia, mas com o risco do retorno ao autoritarismo.

Francisco Lopes, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio, um dos "pais do Cruzado e atual assessor do Ministério da Fazenda, embora tenha sido menos pessimista que a média, fez uma advertência grave. "Somos otimistas estruturais no Brasil; achamos que quando tudo se complicar mesmo virá uma solução, mas ela pode simplesmente não vir", disse ele, lembrando o dramático exemplo do período final do governo de Isabelita Perón na Argentina, que acabou num golpe militar.

O professor Antônio Carlos Porto Gonçalves, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio, foi o mais sombrio. Como está convencido de que não será viável montar uma política econômica suficiente para superar a crise institucional e financeira, Gonçalves acha que a hiperinflação é absolutamente inevitável.

Joaquim Elói Cirne de Toledo, da Universidade de São Paulo (USP), acha que a prioridade número um é conter a inflação com um plano duro e essencialmente ortodoxo. Sem ele, há o risco da hiperinflação, de uma recessão a curto prazo e de uma estagnação prolongada a médio prazo.

(Continua na página 3)

## Quadro sombrio para o...

por Celso Pinto  
de Salvador

(Continuação da 1ª página)

Até mesmo o moderador da mesa, Eustáquio Reis, do Inpes (instituto de pesquisas ligado à Secretaria do Planejamento) fez uma rápida intervenção onde classificou o quadro para 1988 de "catastrófico": salário real em queda, recessão, política monetária apertada e pressões inflacionárias.

Sintomaticamente, embora estes economistas tenham distintas visões de mundo, concordaram em boa medida, em seus diagnósticos, com a gravidade da crise financeira e fiscal do Estado, o desestabilizador da crise política e institucional e os riscos do processo inflacionário.

Lopes foi, em certo sentido, uma exceção. Ele acha que o déficit público não tem sido um fator inflacionário importante, no que teve o apoio de Gonçalves; diz que a inflação em 1988 pode estabilizar-se, ainda que num patamar entre 15 e 20% ao mês; aposta que os salários manterão algum ganho real e que, com isso, o crescimento pode ser até um pouco melhor do que o deste ano. O INPES projeta o crescimento industrial em 1987 em zero, o agrícola em 12,7%, os serviços em 2,1% e o PIB em 2,6%.

Serra fez a análise mais abrangente. A conjuntura, para ele, só tenderá a piorar em 1988: 1) a inflação não se estabilizará em 15 a 20% ao mês; a tendência é disparar; 2) a produção e o investimento cairão; 3) o salário real não se manterá e, com isso, arrastará a de-

manda global; e 4) a perspectiva externa "é a pior possível".

A tudo isso somam-se as incertezas geradas pela Constituinte, pelo regime de governo em aberto e pela possibilidade de eleições presidenciais — todos eles fatores que complicam a vida econômica por sua imprevisibilidade.

Mais do que isso, Serra listou seis "questões estruturais" a resolver, sem o que não será possível abrir um horizonte estável de crescimento de longo prazo.

A primeira é a enorme crise financeira e fiscal do Estado. A segunda, ligada à primeira, é a crise mais ampla do setor público que se transformou numa crise de autoridade no interior do governo.

Três outras questões são políticas: a crise federativa, que coloca o poder dos estados desafiando a possibilidade de elaboração de uma política nacional; a crise regional, o Sul contra as regiões mais pobres, colocando em choque o processo de desenvolvimento e o próprio processo democrático; e o crescimento do comportamento corporativo na defesa de interesses, gerando impasses e custos coletivos. Finalmente, a sexta questão é a externa: como superar a tendência, já de vários anos, da retração do investimento externo no Brasil.

Serra admite que "faltam receitas de curto, médio e longo prazos" entre os economistas, os partidos e até entre os conservadores. "O máximo que os ortodoxos conseguem é um exercício de mordacidade", diz ele, e por trás de

tudo está a crise de governabilidade, cujo desfecho não exclui a hipótese de um novo golpe sobre a democracia.

O raciocínio de Toledo para defender a estabilização como prioridade um leva em conta os efeitos desagregadores da inflação. Como aumento da incerteza e das expectativas, as empresas param de investir e tendem, defensivamente, a aumentar sua margem de lucro mesmo que à custa de perda temporária de mercado (com o receio de novos congelamentos futuros). Com isso, os salários reais caem ainda mais, acirra-se o conflito distributivo e este, por sua vez, alimenta, novamente, a inflação. No final deste ciclo, teme Toledo, pode estar uma situação à la Argentina, com estagnação e crise permanente gerada por conflitos distributivos.

A solução, em sua opinião, seria um "choque" não heterodoxo com cortes fortes no custeio público, rígido controle sobre o poder de emissão do governo e uma tentativa de compressão das margens de lucro em alguns setores através de uma abertura externa controlada. O corte do déficit público, supõe ele, não seria necessariamente recessivos. Toledo admite que a necessidade de corte no déficit não se deve a seu suposto efeito inflacionário por excesso de demanda (inexistente numa conjuntura de desaceleração), mas sim pelas dificuldades em seu financiamento.

Gonçalves, embora seja, de todos, o economista com formação mais ortodoxa (a escola monetarista de Chicago), também concordou que "a coisa é uma vez pensou em fazer al-

grande e a sucessão de "choques" heterodoxos não resolve nada.

A sucessão de congelamentos e acelerações inflacionárias seria, em sua opinião, a versão heterodoxa da política de "stop and go" ortodoxa do passado. Com o tempo, os agentes adaptam-se às mudanças. A instabilidade paralisa o investimento. "Qualquer economista honesto tem de dizer para os empresários que, numa situação deste tipo, é preciso ficar o mais líquido possível", exemplifica. A tendência é exacerbar ao máximo o princípio: daqui a pouco, brinco eu, "em lugar de colocarem seu dinheiro no exterior, os empresários vão querer a invenção de um "overhora".

Para romper com isso seria preciso uma política econômica em bases inteiramente novas. Como ele acha que isso não parece possível, é certo que a hiperinflação virá, o melhor, aconselha Gonçalves, é indexar logo inteiramente os salários: pelo menos os mais pobres sofrerão menos, quando a hiperinflação chegar.

O seminário sobre conjuntura foi o fecho de três dias de trabalhos, na reunião anual organizada pela Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação (Anpec). O tom dos debates foi perfeitamente adequado para encerrar o encontro: o que mais se ouviu nas conversas com os economistas presentes a Salvador nestes dias foram palavras como crise institucional, impasse, risco de hiperinflação, nó político, recessão e perspectiva de estagnação. Tudo isso somado ao medo de um golpe militar.